



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/09

**ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 21 DE
DEZEMBRO DE 2009**

Aos vinte e um dias do mês de Dezembro do ano de dois mil e nove, nesta Vila de Alcochete e Salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas 20:30 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida pelo senhor Miguel Boieiro.

Feita a chamada pelo 1.º Secretário, registaram-se as seguintes presenças:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

- Miguel Boieiro; António Luís Lucas Rodrigues; Paula Alexandra Ferrão Pereira; Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres; Fernando Manuel Catum Leiria; Cristina Maria Rodrigues Samouqueiro; Isabel Maria Pereira Alves Teixeira Ferreira Trindade; Rodolfo Soares Marques Pereira; Ana Paula Zeverino Gonçalves, Rui Manuel da Graça Santa e Sérgio Miguel Pratas Duarte.

Pelo Partido Socialista:

- José Luís Nunes Catalão; Joana Coelho Grácio Roque Lino; Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto; Pedro Sérgio Martins Ferreira; Rosa Paula Saldanha de Jesus; Vítor Hugo Vila Cova Lemos Rodelo; Francisco José da Fonseca Giro.

Pelo Partido Social Democrata:

- Pedro Miguel Esteves Ludovice Nogueira e Raquel Alves Vieira Saraiva.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU).

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua Ferreira, Susana Isabel Freitas Custódio, Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Jorge Manuel Pereira Giro, António Dias dos Santos Maduro e José Navarro Lopes Gemas.

Faltou a esta sessão:

- António José da Silva Soares, que justificou por escrito a sua falta por motivos de saúde e a mesma foi aceite por unanimidade.(Doc 1)

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a actividade do Presidente da Assembleia (Doc 1)
- Sobre a correspondência recebida (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

ACTAS

Ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 18º do Regimento foi colocada à discussão a seguinte:

- Acta de 23 de Outubro de 2009

Submetida à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Neste momento entrou no Salão e tomou assento na sessão Olívia Maria Nobre Mateus da Silva.

- Acta de 13 de Novembro de 2009

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por maioria, com 2 abstenções de António Joaquim Gomes Almeirim e Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres (por não terem estado presentes na reunião) e 21 votos a favor.

Antes do início do Período da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a introdução de mais dois pontos na Ordem do Dia, o que foi aceite por unanimidade, passando desta forma a constar como pontos 8 e 9 da Ordem do Dia.

Ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Joana Lino: Informou ter tomado conhecimento de um artigo na comunicação social relativo a um problema de deposição de entulhos em local inadequado. Perguntou se o Presidente do Executivo tinha conhecimento do assunto e se, sendo o caso, tinha instaurado algum processo de contra-ordenação.

- José Luís Catalão: Perguntou quais os critérios de atribuição de estacionamento para pessoas com dificuldades de locomoção, porquanto estranha a situação de um munícipe que está contemplado com estacionamento nesta qualidade, na Rua 1.º de Maio em Alcochete e que aparentemente não reúne essas características.

- Fernando Pinto: Relativamente ao trânsito, perguntou quando serão repostas as escapatórias de trânsito na Av. 5 de Outubro e Rua Gago Coutinho, em Alcochete, retiradas aquando das últimas obras, porquanto e em sua opinião esta situação acarreta graves problemas de estacionamento nas referidas artérias.

Questionou também quando e quanto será entregue à Cercima o valor das receitas provenientes das entradas na Feira do Cavalo que decorreu em Maio último.

Ao abrigo da alínea e) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- *José Luís Catalão*: Congratulou-se com a votação de todos os membros desta Assembleia Municipal na eleição para a Assembleia Metropolitana de Lisboa e informou que foi eleito pelo Partido Socialista para a mesma. A tomada de posse ocorrerá no dia 4 de Janeiro de 2010, na Fundação Cidade Lisboa.

- *Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia)*: Aproveitou para informar que também ficou eleita Isabel Trindade pela CDU.

- *Fernando Leiria*: Relativamente ao estudo da DECO, referido na última Assembleia por Fernando Pinto, esclareceu que após consulta ao site, conclui que as 3 grandes superfícies não são em Alcochete, mas sim no concelho de Setúbal, pelo que considera haver falta de rigor nestes estudos. Não se devem comparar realidades de concelhos diferentes, quando acontece inclusive, que mesmo dentro da mesma cadeia comercial e no mesmo concelho, há uma grande variação nos índices, como acontece por exemplo em Lisboa com as lojas “Pingo Doce”.

Ao abrigo da alínea f) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- *Ana Paula Zeverino*, em nome da CDU, apresentou uma proposta de Moção, sobre o “PIDDAC 2010”.

Submetida à discussão usaram da palavra Joana Lino, Fernando Pinto, Francisco Giro e Pedro Nogueira dizendo que apesar de concordarem com a proposta, sugeriam que o texto da mesma fosse alterado, no sentido de retirar a forma como reivindica as obras e como imputa responsabilidades ao Poder Central, dado entenderem que “não é com vinagre que se apanham moscas” e também por entenderem que a Câmara tem responsabilidades cumulativas.

Por sua vez, Paula Pereira, Cristina Samouqueiro e Olívia Silva disseram concordar totalmente com a proposta apresentada, dado não aceitarem que se escamoteiem as verdades no que se refere às responsabilidades concretas do Poder Local.

Olívia Silva, propôs ainda que ao texto fosse acrescentado “Ministério da Administração Interna” dado que as Associações de Bombeiros dependem deste Ministério, o que foi aceite.

- *Luís Franco (Presidente da Câmara)*: Referiu-se às competências cumulativas referidas por Joana Lino, esclarecendo que apenas uma das propostas apresentadas no documento poderá ser também responsabilidade da Câmara, ou seja, a da conclusão da Variante Urbana a Alcochete, frisando no entanto, que após todas as “démarches” efectuadas pela Câmara, a Estradas de Portugal continua a não cumprir o Protocolo celebrado com a autarquia relativo a este assunto mas que a Câmara continuará a insistir. Todas as outras propostas são da responsabilidade do Poder Central.

A terminar, frisou ser importante não escamotear o histórico de votações em sede das Comissões de especialidade, do Partido Social Democrata, do Partido Popular e do Partido Socialista, os quais sistematicamente votam contra as propostas para o concelho de Alcochete. Os órgãos não têm que ser subservientes relativamente ao Governo; sendo subtis e airosos, não devem ser a voz do dono e salientou que tem de facto, havido discriminação para com o município de Alcochete.

Após todas estas intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal lamentou não ser possível obter consenso e na qualidade de autor da proposta, informou não aceitar as propostas de alteração à excepção da sugerida por Olívia Silva.

Submetida à votação, foi a mesma aprovada por maioria, com 14 votos a favor(CDU), 9 abstenções (PS e PSD), com um acréscimo no ponto 3, que passa também a referir “Ministério da Administração Interna e Governo Civil de Setúbal.

Fizeram Declaração de Voto:

- José Luís Catalão dizendo que a bancada do PS se absteve quanto à forma e não quanto ao conteúdo da proposta.

- Paula Pereira em nome da CDU que fica anexa à minuta da acta.

- Raquel Prazeres em nome da CDU, apresentou uma proposta de Moção sobre “Transportes no concelho de Alcochete”.

Submetida à discussão, registaram-se as intervenções de Estêvão Boieiro e Rui Santa, no sentido de através de exemplos conhecidos, reforçarem o teor da proposta.

- *Paula Zeverino* chamou a atenção para o facto de uma pouca oferta de transportes públicos vir a implicar um menor número de turistas, com a implicância económica que daí advém.

- *Fernando Pinto* lembrou que a população de S. Francisco não tem ligação directa aos cais do Seixalinho.

- *Pedro Nogueira* propôs a realização de uma reunião com os TST para abordar esta temática.

Miguel Boieiro (Presidente da Assembleia): Propôs 2 acréscimos aos considerandos da proposta: “se verifica incumprimento de horário de algumas carreiras”; “ um muito ineficiente serviço em S. Francisco” e que a moção seja também remetida à Transtejo.

Submetida à votação com as alterações propostas, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

- Presidente da Câmara:

Respondendo a Joana Lino, informou ser verdadeira a notícia sobre deposição de entulhos que saiu publicada e que ainda se encontram pendentes alguns processos de contra-ordenação, nomeadamente um que teve por base o Auto de Notícia levantado pela Inspeção Geral do Ambiente. Contudo o mesmo será brevemente remetido ao Tribunal da Comarca de Montijo para execução da decisão de aplicação da coima à firma Jototulhos-Sociedade Recolhedora de Entulhos, Limitada, pela actividade por esta desenvolvida, dado ser um verdadeiro crime ambiental que está a acontecer no município de Alcochete.

Relativamente à questão colocada por José Luís Catalão, informou que a atribuição de estacionamento a pessoas com mobilidade reduzida é restrita e depende de requisitos formais, como sejam a apresentação de atestado médico e documento emitido pelo IMTT e assegurou que a questão em concreto irá ser analisada.

Quanto ao trânsito, esclareceu que fazem parte dos objectivos da Câmara, a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana no âmbito da revisão do PDM. As questões de mobilidade são pertinentes e devem contemplar diferentes modos de actuação, pelo que, enquanto não houver o referido Plano, a Câmara não irá efectuar obras que impliquem verbas de montante significativo e apenas poderá realizar obras circunstanciais, sendo que os aspectos apontados por Fernando Pinto não serão contemplados.

- Vereador Paulo Machado:

Resumidamente, frisou que as pessoas que constituem a Comissão da “Feira de Alcochete ...do Cavallo, do Fado e do Forcado”, são pessoas de bem. Quanto à verba a entregar à Cercima é no valor de €1 400,00, a qual resulta dos 10% cobradas nos ingressos de entrada da feira e será oportunamente transferida para esta instituição. Chamou a atenção para os diversos tipos de apoio por parte da Câmara, nomeadamente a oferta de um terreno para construção de um Lar e também a celebração de diversos Protocolos, iniciativas estas que não se verificavam durante o mandato do Partido Socialista.

- Presidente da Câmara:

Secundou e subscreveu as anteriores informações do Vereador Paulo Machado e lamentou que alguns deputados municipais não valorizem o esforço que a Câmara Municipal de Alcochete tem desenvolvido relativamente à Cercima e à Santa Casa da Misericórdia de Alcochete.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

De seguida o senhor Presidente da Assembleia propôs a realização de um intervalo de 10 minutos, o que foi aceite por unanimidade.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

Dada a distribuição prévia do documento, não se registou nenhuma intervenção.

O documento fica anexo à pasta de documentos anexos à acta como Doc.3.

PONTO 2 – DESAFECTAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO DA PARCELA DE TERRENO SITA EM MONTE PEREIRO, PARA INTEGRAR O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL

Submetida a proposta à discussão, o Presidente da Câmara, sucintamente, informou que a proposta tem o objectivo de concluir o processo que se iniciou com a emissão do alvará de loteamento. Para que haja uso do solo para equipamentos públicos, os terrenos terão de passar para o domínio privado municipal, culminando desta forma a emissão do referido alvará.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 3 – PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE NAS JUNTAS DE FREGUESIA DO CONCELHO

Colocada a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Miguel Boieiro:

Explicou que embora estes protocolos não sejam uma incumbência legal, são por assim dizer um hábito, resultante de um consenso entre as Juntas de Freguesia e a Câmara Municipal e mais uma vez todos os executivos das Juntas os aprovaram.

- Fernando Leiria:

Disse não entender a abstenção dos Vereadores do Partido Socialista na reunião de Câmara e referiu que a Declaração de Voto inserta na acta da reunião de Câmara não corresponde de todo ao que foi declarado pelo Vereador Navarro, de acordo com o que teve oportunidade de ouvir (e eventualmente pode não ter ouvido tudo) na citada reunião.

Relativamente à proposta em discussão, afirmou que embora as verbas a transferir diminuam, também é verdade que as mesmas foram objecto de explicação e aceites por todas as Juntas de Freguesia.

- Presidente da Câmara:

Restringindo-se apenas à Declaração de Voto do Vereador Navarro na reunião de Câmara, afirmou, porque a ouviu, que a mesma não corresponde àquilo que o Vereador proferiu na referida reunião, dado que o mesmo se cingiu unicamente ao protocolo celebrado com a Junta de Freguesia de S. Francisco, tendo suscitado dúvidas e incompreensões relativamente aos critérios que teriam estado subjacentes na votação do mesmo.

Perante a Declaração de Voto, iria solicitar esclarecimentos ao vereador, dado ter ficado subentendido que os protocolos teriam servido para discriminar partidariamente uma Junta de Freguesia.

Mais informou, que permitiu que o vereador entregasse por escrito a Declaração de Voto posteriormente à realização da reunião como foi hábito durante os últimos 4 anos, mas lamentavelmente o teor da mesma não correspondia ao que tinha sido dito.

- Vereador José Luís Alfélua:

Explicou o processo que levou à feitura e conclusão dos protocolos com as Juntas de Freguesia.

Em relação às propostas apresentadas pela Junta de Freguesia de S. Francisco disse não ter sido possível aceitar todas, dado que algumas não eram passíveis de serem concretizadas porque infligiam a lei, contudo, a Junta de Freguesia assinou o protocolo. Informou que não gostou da posição política assumida pelos Vereadores do PS na reunião de Câmara.

- Miguel Boieiro:

Considerou a discussão lateral a esta Assembleia Municipal.

- António Almeirim:

Chamou a atenção de todos para a importância da celebração de protocolos de descentralização, porque sem os mesmos era impossível fazer algumas obras nas freguesias, bem como realizar alguns eventos, tendo em conta que a verba transferida pelo FFF é manifestamente insuficiente.

- Pedro Nogueira:

- Sugeriu a votação dos protocolos em separado porque ficou baralhado com as anteriores intervenções e também pelo facto de o presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco não se encontrar presente.

- Miguel Boieiro:

Após submeter a anterior proposta à discussão, foram registadas as seguintes intervenções:

- *Paula Pereira:*

Informou que a bancada da CDU não concordava com a votação em separado, dado acreditarem que os mencionados ofícios das Juntas mencionados pelo Presidente da Câmara e pelo Vereador José Luís Alfélua corresponderem à verdade.

- *Miguel Boieiro:*

Esclareceu que assim sendo, os protocolos seriam votados em conjunto.

Submetida a proposta à votação, a mesma foi aprovada por unanimidade.

PONTO 4 – PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2010

Submetida a proposta à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – PRORROGAÇÃO DO PERÍODO DE CARÊNCIA

Submetida a proposta à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

PONTO 6 – LANÇAMENTO DE DERRAMA PARA 2010

Colocada a proposta à discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- *Miguel Boieiro:*

Informou que a atribuição do valor máximo foi consensual entre os municípios da AML.

- *Raquel Saraiva:*

Perguntou qual a estratégia do executivo para a atracção de investimentos e empresas para o município?

- Presidente da Câmara:

Afirmou que a forma de captar investimentos não passa pela redução do valor da derrama. Mais esclareceu, que esta foi alterada por via legislativa quanto à sua base de incidência, a qual veio a revelar-se gravosa para os municípios.

Explicou que o município de Alcochete é atractivo do ponto de vista ambiental e turístico e é pujante, porque em termos da sua localização geográfica está dotado de boas acessibilidades, num centro geo-estratégico nacional e ibérico. A revisão do PDM que está em estudo em conjunto com outros Planos, permite uma visão estratégica sobre uma economia mais pujante.

- *Raquel Saraiva:*

Referiu que a sua pergunta tinha por base a Lei n.º2/2007, de 15 de Janeiro, nomeadamente o n.º 4 do artigo 14.º.

Submetida a proposta do ponto 6 à discussão e votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Por José Luís Catalão foi proposto que os pontos 8 e 9 fossem discutidos e votados antes do ponto 7, o que foi aprovado por unanimidade.

PONTO 7 – CRIAÇÃO DE UMA COMISSÃO EVENTUAL PARA A REVISÃO DO REGIMENTO

- Paula Pereira pela CDU, propôs os seguintes membros: Miguel Boieiro, Rodolfo Pereira, Raquel Prazeres e Olívia Silva.

- José Luís Catalão pelo PS, propôs: José Luís Catalão e Joana Lino.

- Pedro Nogueira pelo PSD, propôs Pedro Nogueira.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade a composição da Comissão.

PONTO 8 – CRIAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, URBANISMO E AMBIENTE

- Paula Pereira pela CDU, propôs os seguintes membros: Paula Pereira, Fernando Leiria, Sérgio Duarte e Rui Santa.

- José Luís Catalão pelo PS, propôs: Pedro Lavrado e Fernando Pinto.

- Pedro Nogueira, propôs Raquel Saraiva.

Submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade a composição da Comissão.

PONTO 9 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI e AMR) PARA OS ANOS 2010-2013, ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2010 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2010

Na discussão dos documentos registaram-se as seguintes intervenções:

- *Presidente da Câmara:* Sucintamente informou:

Os documentos apresentados contemplam a visão política e a estratégia adequada da força maioritária que venceu as eleições em Outubro último.

Em relação ao Orçamento, frisou uma redução de receitas correntes directamente relacionadas com a crise nacional e internacional à qual o município de Alcochete não pode ficar alheio, dado que se sentiram no decurso do ano os efeitos desta. Para ilustrar este facto, disse que até 31 de Maio, a Câmara recebeu menos um milhão e novecentos mil euros comparativamente com mesmo período homólogo do ano anterior. Até mesmo ao nível das receitas de urbanismo a redução foi muito grande.

A componente de investimento contempla um aumento comparativamente ao ano anterior, tendo um acréscimo de um milhão de euros, directamente relacionado com a aprovação de candidaturas no âmbito da rede do pré-escolar e da construção dos Centros Escolares da Quebrada e S. Francisco.

Na dotação prevista para as Despesas com o Pessoal explicou o mecanismo previsto após a conclusão dos concursos de pessoal que estão a decorrer.

Na vertente mais política dos documentos salientou:

- criação do balcão único;
 - construção dos Centros Escolares;
 - ampliação da Escola da Restauração;
 - candidatura apresentada para a Regeneração Urbana de Requalificação da Frente Ribeirinha;
 - construção de um reservatório de água no Samouco;
 - construção da extensão do Centro de Saúde do Samouco;
 - construção do Complexo Desportivo e de Lazer do Valbom;
 - ampliação do canil/gatil,
- entre outras acções.

- *Francisco Giro:*

No que respeita aos GOPS de 2010, há questões de investimento tal como a segurança, a acção social, os espaços verdes entre outros, para os quais as verbas indicadas são muito reduzidas.

Questionou ainda sobre as acções a serem promovidas pela autarquia nas áreas da educação, promoção da saúde e formação e na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.

- *Raquel Prazeres:*

Perguntou se os documentos reflectem as propostas das concelhias dos partidos com assento na Assembleia Municipal.

- *Paula Pereira:*

A bancada da CDU, mais do que questões técnicas realçou:

- O crescimento com visão estruturante para o concelho e congratula-se pelo facto de este reflectir o compromisso eleitoral sufragado pela maioria da população em 11 de Outubro, o qual tem por objectivo a melhoria da qualidade de vida no concelho.

- *Vereador Paulo Machado*: Resumidamente esclareceu:

Os projectos na área de educação, promoção e formação são um conjunto de iniciativas que as escolas têm vindo a desenvolver e nos quais a Câmara poderá participar através de parcerias. Salientou que os valores que a Câmara suporta não dizem respeito apenas à verba inscrita, dando, como exemplo, os gastos com as despesas de pessoal através da gestão corrente, entre outras.

Também a verba inscrita para a CPCJ é um valor residual que se destina ao normal funcionamento do trabalho da Comissão e esclareceu que apenas a Câmara honra os seus compromissos mantendo um técnico e um administrativo a tempo inteiro.

A recuperação de imóveis propriedade da Câmara aguarda pela aprovação do Plano Local de Habitação, instrumento este, sem o qual a intervenção na área da habitação será redundante. Neste momento há no parque habitacional muitos pagamentos de rendas em incumprimento. Está nos objectivos do executivo encontrar outros parceiros, como por exemplo o IHRU (Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana), com mecanismos de financiamento, para os quais a Câmara possa participar no âmbito das suas competências. Também o Plano de Reabilitação vai permitir efectuar um permanente acompanhamento do Plano Habitacional.

- *Presidente da Câmara*:

Salientou que a concretização do Plano Local de Habitação traduz a devida atenção que este executivo dá aos problemas e frisou que os problemas com a habitação não são imputáveis aos municípios mais sim ao Poder Central.

Em resposta a Raquel Prazeres informou que no âmbito do Estatuto da Oposição, a Câmara agendou duas reuniões, uma com a concelhia do PS e outra com a do PSD, embora tais não se tenham realizado por motivos alheios à Câmara. Mais informou que não foram apresentadas propostas por parte destes partidos políticos.

- *Francisco Giro*:

Solicitou ao Vereador Paulo Machado maior objectividade nos seus esclarecimentos, dado que o Plano de Desenvolvimento Social já existe há 4 anos e que segundo lhe parece os projectos e acções de parceria encontram-se neste momento em marcha lenta, não se vendo intervenção social no concelho. Também não percebeu bem a resposta sobre a habitação social.

- *Pedro Nogueira*:

Sumariamente interveio sobre:

- área do comércio e turismo que considera ter um investimento insuficiente no seu todo;
- em que ponto de situação se encontra o Plano Estratégico de Alcochete 2025;
- alargamento dos prazos para entrega dos documentos para a sessões;
- quais os critérios de entrega dos animais que estão no canil.

- *Presidente da Câmara:*

Respondeu às questões levantadas dizendo que o Plano Estratégico de Alcochete 2005 é de ordem política. A estratégia global para essa visão, na qual a componente económica é muito importante, implica um ponto de situação acerca do Plano. Na sequência desta informação, deu conhecimento que em 2011 irá entrar em vigor o Plano Sectorial para o Turismo.

- *Vereador Jorge Giro:*

Explicou quais os critérios para a adopção de animais no canil, resumindo que todos os problemas passam pela falta de civismo de quem os abandona.

- *Vereador Paulo Machado:*

Respondendo a Francisco Giro, entre outras considerações, disse que ele não tem visto intervenções na assistência social porque contrariamente àquilo que o executivo PS fazia, a Câmara Municipal não dá cabazes aos pobres, pelo que a noção de assistência social, por parte deste executivo, é diferente da mera caridade.

Quando o executivo CDU entrou, o Plano estava em fase de conclusão há um ano, embora cheio de erros, pelo que, na prática, apenas há 2 anos está em sede de CLAS (Conselho Local de Acção Social) e explicou o papel de cada um dos parceiros sociais.

Relativamente à habitação social, mais uma vez explicou que sem planeamento e diagnóstico não é possível actuar de forma adequada, frisando aquilo que são as competências da Câmara, atribuídas por lei, a esta matéria.

No decorrer da discussão da proposta, chegou-se ao final da hora regimental, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal propôs a continuação dos trabalhos para além desta hora, o que foi aceite por unanimidade.

Submetida a proposta à votação, os documentos foram aprovados por maioria, com 9 abstenções (PS e PSD) e 14 votos a favor da CDU.

Fizeram Declaração de Voto:

- Fernando Leiria em nome da CDU, que fica anexa à minuta da acta;
- Francisco Giro em nome do PS, que fica anexa à minuta da acta;
- Pedro Nogueira em nome do PSD, que fica anexa à minuta da acta.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- *António Almeirim:*

Disse estranhar não estar mencionado na lista distribuída da correspondência da Assembleia Municipal, o convite enviado pela Junta de Freguesia de Samouco, para se fazer representar nas comemorações do aniversário da elevação do Samouco a Vila. Recordou que se hoje está em construção a extensão do Centro de Saúde no Samouco não foi graças ao PS, porque este votou contra a contracção do empréstimo. Na verdade, se não fosse a CDU e a vontade deste executivo, certamente não estaria em curso esta construção.

- *Miguel Boieiro:*

Explicou que o serviço de apoio da Assembleia Municipal não lhe deu conhecimento de nenhum convite oriundo da Junta de Freguesia de Samouco, embora tenha ficado à espera do mesmo (no entanto já tinha avisado que não poderia estar presente), o certo é que o convite não foi recebido nos serviços.

Seguiu-se depois uma breve troca de impressões entre o Presidente da Assembleia e Joana Lino, na sequência do pedido de intervenção do Vereador José Navarro, o que levou o Presidente da Assembleia a explicar as disposições regimentais, ao abrigo das quais, isso pode acontecer e realçou que a referida situação (Declaração de Voto) é um assunto que teria que ser tratado na Câmara e não na Assembleia.

- *Pedro Nogueira:*

Considerou esta questão exterior ao PSD, mas achou ser difícil não entender o pedido como de defesa da honra.

As considerações feitas, levaram o Presidente a colocar o assunto à Assembleia sugerindo, que o Presidente da Câmara desse a palavra ao Vereador Navarro. O Presidente da Câmara esclareceu o seguinte:

- Lamentava alguma linguagem despropositada e até alguns comportamentos utilizados na discussão deste assunto e não deixou de frisar uma vez mais, que é ele quem representa a Câmara na Assembleia Municipal, e não vendo qualquer inconveniente em dar a palavra ao Vereador, o que aconteceu.

- *Vereador José Navarro:*

Começou por lamentar que o documento tivesse provocado esta situação e que Fernando Leiria tem toda a legitimidade de ter dúvidas como qualquer outro membro.

Quanto ao conteúdo, afirmou que os pontos abordados na reunião do executivo têm debate e são naturalmente anotadas as ideias contra, a favor ou a abstenção e nesse

período de debate aquilo que aconteceu é o que está sucintamente objectivado na Declaração de Voto.

Quando falou e quando o senhor Presidente perguntou se tínhamos alguma Declaração de Voto, das primeiras questões que levantámos (dado a Declaração de Voto estar em nome dos 2 Vereadores do PS) foi a do esclarecimento e esta mereceu logo da parte do Presidente, comentários. Seguidamente explicou que quando se referia à redução dos valores assumidos no ano anterior nas Juntas de Freguesia, estava a falar da Junta de S. Francisco e Samouco. Ficou a saber que não era só a Junta de Freguesia de S. Francisco que viu o valor reduzido, mas também a do Samouco.

Salientou que a introdução da Declaração de Voto refere o reconhecimento da importância dos protocolos e aproveitou para referir algumas situações difíceis que viveu quando foi membro da Junta de Freguesia de S. Francisco, não deixando por isso de saudar os Presidentes das Juntas de S. Francisco e Samouco pelo excelente trabalho que têm desenvolvido em prol das suas populações.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que tudo o que profere nas reuniões e sessões é de carácter político, nunca pessoal.

Mais informou que reitera integralmente o que disse sobre esta matéria, voltando uma vez mais a explicar como decorreu o assunto na referida reunião de Câmara.

- Fernando Pinto:

Relativamente às intervenções do Vereador Paulo Machado, teceu as seguintes considerações:

Que ficaram todos a saber que o valor a doar à Cercima pelas entradas na Feira de Alcochete...do Cavalo, do Fado e do Forcado é de € 400, frisando porém, que a informação não está de acordo com o que foi difundido pelo Gabinete de Informação da Câmara.

ACTA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da acta em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 01:40 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente acta que, depois de lida e achada conforme, vai ser assinada por todos os membros da Mesa.

O PRESIDENTE:

O 1º SECRETÁRIO

O 2º SECRETÁRIO